



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

Bruxelas, 28 de setembro de 2017

Discurso proferido por Klaus-Heiner Lehne, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Apresentação do Relatório Anual do TCE relativo a 2016
Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu (CONT)

Em caso de eventuais diferenças, faz fé o discurso proferido.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors

Youtube: [EUAuditors](https://www.youtube.com/EUAuditors)

eca.europa.eu

Exma. Senhora Presidente,
Exmo. Senhor Vice-Presidente Oettinger,
Exmos. Senhores Deputados ao Parlamento Europeu,

Este ano, celebramos no Tribunal de Contas Europeu o nosso 40º aniversário. Ao longo das últimas quatro décadas, as circunstâncias políticas, financeiras e económicas da União Europeia mudaram drasticamente. Os mais recentes desafios parecem ser mais importantes do que nunca: a crise financeira e económica, os fluxos migratórios sem precedentes, as alterações climáticas e o terrorismo. Alguns veem a UE como um cavalo de Troia da globalização, em vez de uma via bem sucedida para garantir a paz e a prosperidade.

Todas estas preocupações constituíram um teste para a confiança dos nossos cidadãos nas instituições europeias e nacionais, e nós, que trabalhamos nessas instituições, temos de responder e, na verdade, corresponder ao que se espera de nós, cada um no âmbito dos respetivos domínios de competência. A este respeito, congratulo-me com o facto de poder dizer que tenho boas notícias.

Consideramos que as contas da UE para 2016 apresentam uma imagem verdadeira e fiel. Por isso "validámo-las", como tem acontecido todos os anos desde 2007. Em 2016, as receitas estavam isentas de erros materiais. Porém, acima de tudo isso, regista-se uma **melhoria constante** no nível de erro estimado nos pagamentos efetuados a partir do orçamento da UE. Aproximadamente metade das despesas da UE que auditámos em 2016 apresentava um nível de erro inferior ao limiar de materialidade de 2%.

Por conseguinte, emitimos uma **opinião com reservas** sobre os pagamentos de 2016, em vez de uma opinião adversa. Trata-se da **primeira** opinião com reservas que emitimos desde que começámos a fornecer uma declaração de fiabilidade anual em 1994, o que reflete uma **melhoria importante** das despesas da UE.

Para dar alguns pormenores, gostaria de dizer que o nível de erro global das despesas da UE em 2016 foi estimado em 3,1%, em comparação com 3,8% em 2015 e 4,4% em 2014.

Os "pagamentos baseados em direitos", que dependem do cumprimento de condições específicas, representam cerca de 49% das despesas da UE e registaram níveis de erro inferiores a 2%. Incluem as ajudas diretas aos agricultores, as subvenções concedidas a estudantes e investigadores, bem como os custos de pessoal. Os "Recursos Naturais: medidas de mercado e ajudas diretas" apresentaram um nível de erro estimado de 1,7% e a "Administração" de 0,2%.

Porém, os níveis de erro mais elevados registaram-se nos "pagamentos de reembolso de custos", destinados a reembolsar custos elegíveis. No que se refere à "Coesão económica, social e territorial", o nível de erro estimado foi de 4,8% e para os "Recursos naturais: desenvolvimento rural, ambiente, ação climática e pescas" foi de 4,9%.

As medidas tomadas pelos Estados-Membros e pela Comissão permitiram reduzir o nível de erro estimado global, mas verificámos que estavam disponíveis informações suficientes para evitar **mais**, ou detetar e corrigir muitos erros. Por isso, na nossa opinião, não são necessários controlos adicionais, mas os controlos existentes devem ser aplicados corretamente.

E deixamos aqui uma advertência: o montante total dos pagamentos que a UE se comprometeu a efetuar a partir dos orçamentos futuros foi mais elevado do que nunca em 2016, tendo-se situado nos 238,8 mil milhões de euros. Consideramos que, tendo em conta o planeamento das despesas da UE para o período posterior a 2020, as prioridades deverão consistir em **eliminar esta acumulação de pagamentos** e impedir que se constitua uma nova.

Referi logo no início que todos temos um papel muito importante a desempenhar para reforçar a confiança dos nossos cidadãos nas instituições europeias e nacionais. Nesse sentido, é necessário que estes saibam que os fundos públicos estão a ser utilizados em conformidade com as regras.

Os nossos cidadãos só podem confiar na gestão financeira da UE se eles próprios e os representantes que elegem tiverem a garantia de que as regras aplicáveis são respeitadas. A Declaração do Tribunal sobre a fiabilidade das contas da UE e a legalidade e regularidade das operações subjacentes contribuiu para melhorias significativas do cumprimento das regras da UE.

Contudo, de igual forma, ou talvez ainda mais, as pessoas querem saber o que **obtiveram em troca do seu dinheiro**. Fez sentido construir uma determinada estrada ou aeroporto num determinado local? Aumentou-se efetivamente o crescimento e o emprego? O dinheiro foi gasto de forma racional? Para responder a estas perguntas, estamos a concentrar-nos cada vez mais no **desempenho**. Queremos contribuir para garantir que o dinheiro dos contribuintes é utilizado da melhor forma.

Para isso, é necessária uma mudança de orientação dos nossos trabalhos de auditoria. Temos de estar em condições de publicar os trabalhos de auditoria certos no momento certo para utilizar da melhor forma o "poder de influência" que nos foi conferido. O trabalho de auditoria e o trabalho político são indissociáveis. Assim, para continuarmos a cumprir a nossa missão e responder às atuais preocupações dos nossos cidadãos, a partir de agora, iremos efetuar **alterações importantes** na forma como procedemos à auditoria do orçamento da UE.

Em muitos domínios do orçamento da UE, os sistemas de controlo destinados a evitar, detetar e corrigir erros melhoraram significativamente nos últimos anos. Esse facto proporciona-nos a oportunidade de repensar a Declaração de Fiabilidade e esperamos poder **confiar mais neles** no que se refere à regularidade das despesas no futuro. Com esta abordagem, as insuficiências que persistem serão mais visíveis e poderemos promover a prestação de contas e continuar a melhorar a gestão das finanças da UE.

Ao mesmo tempo, abordaremos verdadeiras questões de desempenho, tais como a obtenção dos resultados esperados, o seu impacto e o modo como as atividades da UE afetam a vida quotidiana dos cidadãos. Vamos examinar se a ação a nível da UE foi a melhor forma de alcançar o que era pretendido. Comunicaremos essas informações de uma forma equilibrada, reconhecendo os **resultados alcançados** e tendo em conta as **limitações**.

No Tribunal de Contas Europeu, não nos limitamos a querer melhorar a forma como a UE funciona. Queremos contribuir para que os cidadãos compreendam melhor esse funcionamento.

Já demos passos importantes nesse sentido durante o ano transato. Elaborámos um grande número de **relatórios de auditoria** sobre questões de atualidade que vão desde o emprego dos jovens à crise dos refugiados, à abordagem dos centros de registo, à energia e às alterações climáticas.

Além disso, elaborámos **documentos informativos**, por exemplo, sobre a revisão intercalar do atual Quadro Financeiro Plurianual. Publicámos **pareceres** sobre propostas legislativas que afetam a gestão financeira da UE e formulámos observações sobre temas mais amplos, com base na nossa investigação e experiência.

Nas próximas décadas, continuaremos a agir na qualidade de guardião das finanças da UE e dos interesses dos nossos cidadãos. Vamos continuar a ser uma **voz independente**, destacando os aspetos que funcionam bem e revelando as verdades incómodas quando estes não funcionam como previsto. Num mundo de desinformação generalizada e manipulação de dados, o Tribunal de Contas Europeu continuará a fornecer informações fiáveis e imparciais.

Minhas Senhoras e meus Senhores, no mundo incerto e cada vez mais fechado sobre si próprio em que vivemos, avancemos para uma **agenda positiva** para a União Europeia nos próximos anos.

Vamos juntos assegurar que, em todas as fases do ciclo legislativo e orçamental, a **UE pode corresponder** eficientemente ao que dela se espera nas **questões que são importantes** para os cidadãos.

Agradeço a vossa atenção e aguardo com expectativa a nossa troca de pontos de vista